



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 10:19 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito do Plano de Atividades;**
 2. **Aprovação da ata n.º 80;**
 3. **Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)702](#) – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que harmoniza certos aspetos do direito da insolvência; Relator: Deputado Diogo Cunha (PS)**
 4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP da IL, para audição do Conselho das Finanças Públicas e da Direção Geral do Tesouro e Finanças;**
 5. **Definição de metodologia, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;**
 6. **Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)701](#) – Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito às regras do IVA para a era digital; Cabe ao GP PS**
 7. **Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 414/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias para a captação pelos Municípios de receitas no quadro da exploração económica dos aproveitamentos hidroelétricos neles situados;**
 8. **Outros assuntos.**
-



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

1. Audição da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito do Plano de Atividades;

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deu início à audição, cumprimentando o Senhor Presidente da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM), Dr. Luís Laginha de Sousa, e o Senhor Diretor-Geral, Dr. Manuel Monteiro, enquadrando a audição no âmbito da apreciação do Plano de Atividades da entidade supracitada.

Após a intervenção inicial do Senhor Presidente da CMVM, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), Rui Vilar (PSD), Rui Afonso (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Presidente da CMVM respondido individualmente às questões colocadas.

No decorrer da primeira ronda, o Senhor Presidente ausentou-se para participação na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP), assumindo o exercício da presidência, a partir deste momento, o Senhor Vice-Presidente Rui Afonso (CH).

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), Rui Vilar (PSD), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Presidente da CMVM respondido ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo inscrições para uma terceira ronda, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a disponibilidade dos representantes da CMVM pelos esclarecimentos prestados, dando por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

2. Aprovação da ata n.º 80;

O Senhor Vice-Presidente colocou a ata supracitada a discussão. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Vice-Presidente colocou a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, na ausência do BE, PAN e L.

3. Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)702](#) – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que harmoniza certos aspetos do direito da insolvência; Relator: Deputado Diogo Cunha (PS)

O Senhor Deputado Diogo Cunha (PS) apresentou o parecer de sua autoria.

Ato contínuo, tomou a palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que cumprimentou e agradeceu a elaboração do parecer, concordando com a conclusão do mesmo, antecipando que o acompanharia.

Usou da palavra igualmente o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que também cumprimentou a elaboração do parecer, afirmando que houvera incidido de forma completa sobre a matéria em causa, relevante para a economia portuguesa, e que votaria a favor.

De seguida, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) agradeceu a elaboração do parecer, declarando que o seu sentido de voto seria dirigido mais ao conteúdo da diretiva do que propriamente ao parecer em si, pois aquela insere-se, no entender do Senhor Deputado, numa tendência negativa de aprofundamento da união dos mercados de capitais, mais considerando que, ao contrário da conclusão do parecer, o princípio da subsidiariedade estaria ferido, defendendo que o regime das insolvências deve ser estabelecido pelas autoridades nacionais e não a partir de uma iniciativa europeia.

Por fim, o Senhor Deputado Rui Paulo Sousa (CH) agradeceu a elaboração do parecer e declarou que nada mais teria a assinalar, afirmando que o acompanharia.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Vice-Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com o voto contra do PCP e os votos a favor do PS, PSD, CH e IL, na ausência do BE, PAN e L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP da IL, para audição do Conselho das Finanças Públicas e da Direção Geral do Tesouro e Finanças;

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) pediu o adiamento potestativo do presente ponto para a reunião seguinte.

5. Definição de metodologia, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;

O Senhor Vice-Presidente questionou se algum dos Senhores Deputados pretendia intervir.

Neste sentido, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que pediu um calendário exequível para a metodologia da iniciativa supracitada, sugerindo um prazo para pedidos de diligência até ao final da presente semana ou início da subsequente, para que as mesmas fossem votadas na reunião seguinte, propondo igualmente o dia 17 de março para o cumprimento das diligências aprovadas, antecipando discutir e votar a iniciativa na especialidade no dia 22 do mesmo mês.

Não havendo objeções, o Senhor Vice-Presidente fixou então o prazo para apresentação de diligências até ao dia 27 de fevereiro, de maneira a serem votadas na reunião ordinária ulterior.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

6. **Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)701](#) – Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito às regras do IVA para a era digital; Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria indicado até ao final do dia.

7. **Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 414/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias para a captação pelos Municípios de receitas no quadro da exploração económica dos aproveitamentos hidroelétricos neles situados;**

O Senhor Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) que começou por afirmar que o projeto de resolução supracitado houvera descido devido a outras iniciativas sobre temas correlatos, não havendo, do lado do seu GP, muito mais a acrescentar, apenas apelando à urgência no processo e salvaguardando que estaria aberto a sugestões.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que considerou que faria sentido determinar um prazo para requer consultas ou a auscultação de entidades, pois seria intenção do GP PSD fazê-lo, pelo que, havendo concordância, sugeriu a marcação do mesmo até dia 27 de fevereiro, com objetivo de serem propostas diligências, avançando-se no processo de especialidade.

Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que declarou que os projetos de resolução não deveriam, normalmente, baixar às Comissões, exceto quando existissem mais do que um sobre o mesmo tema, para evitar múltiplos projetos de resolução incidentes sobre matéria semelhante. Sendo o único projeto de resolução sobre a temática em apreço, o Senhor Deputado asseverou que não veria vantagem em haver diligências adicionais, indo de encontro ao referido *supra* pelo Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS). Defendeu ainda que o projeto de resolução nem deveria ter



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

baixado, mas sim ter ido para o *Diário da Assembleia da República*, sem prejuízo do que o PSD pretendesse expor.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) subscreveu o entendimento referido uma perspetiva formal, mas num ponto de vista do procedimento adotado, ao ter o projeto de resolução baixado para apreciação, fora possível constatar que estava em causa uma matéria sensível, com a participação de entidades que representam os interesses locais, pelo que tudo poderia constituir um contributo para que esta iniciativa fosse consubstanciada com elementos tendentes à concretização da solução pelo Governo. Assim, no seu entender, a Comissão não deveria desperdiçar esta potencial oportunidade, ainda que sem alargar muito o processo e, por isso, voltou a sugerir a data de 27 de fevereiro para a apresentação de propostas de diligência.

Neste momento, o Senhor Presidente regressou da CPCP, voltando a assumir a presidência da reunião, atribuindo a palavra ao Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que sublinhou a sua concordância com o que tinha sido expresso pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), considerando que o projeto de resolução que houvera baixado não seria objeto de grandes alterações, questionando o PSD se seria nesta sede que pretenderia densificar a matéria *subjudice*.

Usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que resumiu a situação da baixa desta iniciativa com base na norma regimental que incide sobre a hipótese de existirem vários projetos de resolução sobre matérias relacionadas, sendo que, neste caso, fora aprovada somente uma e nenhuma das outras. Neste contexto, o Senhor Deputado declarou que que houvera surgido a possibilidade de serem chamadas entidades e, embora não viesse a obstaculizar a eventual audição das mesmas, considerou não haver muita especialidade para concretizar.

De seguida, interveio o Senhor Presidente, que afirmou que o espírito da baixa na especialidade dos projetos leis prender-se-ia com a suposta aprovação de mais do que uma resolução sobre o mesmo tema, acrescentando que, na situação em causa, o projeto de resolução supracitado fora, a montante, agregado a outros, tendo sido o único a ser aprovado. Assim, o Senhor Presidente defendeu que, o último passo, à luz do Regimento da Assembleia da República, seria fixar a redação final, que não estaria



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

muito longe do que fora aprovado no Plenário, não devendo haver uma especialidade propriamente dita.

Neste momento, usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que considerou relevante fazer a especialidade no contexto deste projeto de resolução, assim como realizar audições, para que estas pudessem trazer alguma luz sobre o tema.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) asseverou que o tema mereceria todo o escrutínio da Comissão, e que se o GP PSD apresentasse um requerimento para audições teria o voto favorável do PCP; todavia, manifestou dúvidas sobre o sentido de enquadrar as mesmas no âmbito de um processo de especialidade de um projeto de resolução, até porque, na sua opinião, a iniciativa em análise nem deveria ter baixado à Comissão. Considerou que a questão aqui seria a de saber se seria pretendido que os projetos de resolução devessem ter a mesma tramitação que as iniciativas legislativas. Deste modo, declarou que se o GP PSD quisesse fazer audições não deveria fazê-lo no contexto deste projeto de resolução, mas sim através de requerimento dirigido à Comissão, no sentido de serem chamadas entidades para serem ouvidas sobre assuntos que se justificassem em diversos momentos. O Senhor Deputado concluiu, declarando que considerava excessivo serem chamadas entidades em sede de especialidade, mas que se houvesse essa pretensão, deveria ser votada pelos diversos GP.

O Senhor Presidente tomou novamente a palavra, declarando existir um eventual erro procedimental, entendendo que, tendo sido a iniciativa votada e aprovada no Plenário, sem ter sido acompanhada de qualquer outro texto, estaria encerrada, não devendo haver especialidade sobre um projeto de resolução já apreciado, a qual só se justificaria se tivesse sido aprovado mais do que um projeto sobre a mesma matéria. Desta forma, o Senhor Presidente afirmou ter havido um lapso de inclusão procedimental, pois o Plenário já se houvera pronunciado, não devendo a Comissão alterar um texto aprovado a esse nível, sem prejuízo de a situação ser averiguada e eventualmente levada a Mesa e Coordenadores.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) secundou o referido, afirmando que o GP PSD tinha reagido com base no ponto agendado, até porque o projeto de resolução



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

tinha vários pontos que não houberam sido votados separadamente, pedindo somente que esta questão não ficasse definitivamente encerrada e fosse esclarecida em termos procedimentais.

O Senhor Presidente salientou a pertinência da questão, até porque, entendeu, havendo vários pontos, existiria a possibilidade de estes serem votados separadamente, pelo que, não tendo havido ninguém que houvesse requerido a desagregação, importaria saber se seria possível fazê-lo em Comissão, e sendo-o, seria este o momento para o fazer, prometendo apurar a tramitação.

8. Outros assuntos.

No âmbito do requerimento do PSD sobre o crédito à habitação, o Senhor Presidente informou a indisponibilidade do Senhor Governador do Banco de Portugal para a data da audição proposta, tendo sido sugeridas três datas alternativas, que seriam, entretanto, distribuídas.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Afonso (CH), para declarar que houvera sido enviado pelo GP CH, no dia anterior, um requerimento para a audição do Senhor Ministro das Finanças e dois convidados, com base nas notícias vindas a público. Defendendo que haveria a urgência no tratamento do assunto subjacente ao requerimento, o Senhor Deputado solicitou à Comissão que o mesmo fosse discutido na presente reunião, apelando ao acordo de todos os grupos parlamentares neste sentido.

O Senhor Presidente sublinhou que, não constando da ordem de trabalhos, a discussão só poderia ser inserida na mesma com a unanimidade de todos, sendo, porém, garantido que seria sempre agendada na reunião imediatamente subsequente.

Usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que afirmou que não houvera tido tempo para analisar o conteúdo do requerimento, sugerindo que fosse inserido na ordem de trabalhos da reunião seguinte.

Não havendo unanimidade, o Senhor Presidente declarou que seria o requerimento agendado na próxima ordem de trabalhos.



Comissão de Orçamento e Finanças

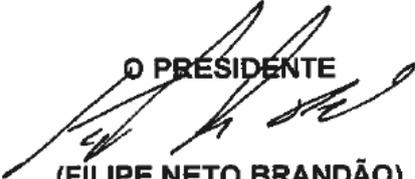
ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

Por fim, o Senhor Deputado Duarte Alves indagou se já haveria resposta do Senhor Ministro das Finanças no tocante à sua disponibilidade em termos de calendário para a audição regimental, tendo sido respondido que ainda não existiam novidades, devendo os Serviços proceder ao contacto ainda no presente dia, após o que o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Pereira (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Duarte Alves (PCP)
Rui Tavares (L)
Diogo Cunha (PS)
Hugo Martins De Carvalho (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Sérgio Ávila (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 82/XV/ 1.ª SL

Duarte Pacheco (PSD)

João Barbosa De Melo (PSD)

Patrícia Dantas (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

Inês De Sousa Real (PAN)

Marcos Perestrello (PS)

Paula Cardoso (PSD)